

Conclusão

Com o passar do tempo vemos o esfacelamento do discurso hegemônico da modernidade que havia se consolidado de forma poderosa e unificadora. Ficam um pouco mais flexíveis as dualidades que tanto se empenhara por estabelecer - ciência x religião, centro x periferia, razão x emoção, entre outras oposições. Frente a uma situação de caos social, marcada por guerras, crises econômicas e sociais, frustram-se as grandes narrativas eleitas para cumprir a missão de garantir ao homem a compreensão do mundo. Quebra-se a crença na linearidade da história, em um futuro evolucionista e feliz, do mesmo modo em que se rarefaz o sonho do jornalismo ser o portador de uma verdade absoluta.

Neste contexto, o sujeito que havia se tornado soberano e dono de uma identidade fortemente definida por elementos como nacionalidade, etnia, gênero e classe, se encontra mais livre das ancoragens sociais calcadas na tradição. Ele passa a não estar mais tão amarrado em categorias determinantes e rígidas. Com esta flexibilidade, surge a possibilidade de deslizar pelos sistemas de representação e pelas multinarrativas que emergem mais fortalecidas com a desagregação das imposições castradoras.

Detendo-nos especificamente no Rio de Janeiro, o lema “Ordem e Progresso”, embora tenha provocado rupturas e recalques, não foi capaz de dizimar o considerado “popular”. Mesmo habitando, em princípio lugares, periféricos, tal cultura nunca deixou de ser produtora de sentido. Pelo contrário, ela contradisse em todos os momentos o rótulo de marginalidade que lhe queriam atribuir. Sua reivindicação veio à tona e se fundamenta quando se torna público o enfraquecimento da noção de centralidade. Estaria ela, agora, à margem de quê?

Mesmo ainda impregnadas por esta visão social pejorativa, as “identidades afirmadas” fazem parte da cidade e continuam produzindo suas falas. Cada vez mais elas se tornam fundamentais para o entendimento das situações deparadas pelos indivíduos. Interesse despertado pela mudança paradigmática, que teve como consequência a redefinição da noção de cultura - noção ampliada que passa a ser compreendida, também, na perspectiva das práticas sociais que emergem do subterrâneo. Este é o caso das rádios comunitárias que criaram táticas para burlar

as estratégias de repressão dos órgãos oficiais e contabilizam cerca de 15.500 emissoras no país, segundo relatório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A maioria já fez o pedido de outorga junto ao Ministério das Comunicações, mas ainda não obteve resposta.

Resistindo à morosidade dos processos de concessão de licença, a ações de apreensão e lacre de equipamentos, e a interrupção do funcionamento da programação, estes canais tornam-se importantes instrumentos para o exercício da cidadania. Meios através dos quais as pessoas provam que não querem mais tão somente ser representadas, mas sim reconhecidas pelas suas histórias. Sinal de que a tecnologia, que pretendia destruí-las, foi utilizada em benefício do próprio alvo? Seria a constituição de um quinto poder?

Por não estarem comprometidas com os interesses comerciais, diferentemente das emissoras tradicionais, as rádios comunitárias têm mais abertura para experimentar. Cada canal explora de modo peculiar as potencialidades do som, (re)configurando a concepção de jornalismo. Fazemos estes apontamentos baseados em algumas das características presentes nestas produções: a livre utilização de recursos antes enclausurados por barreiras definidoras da ficção e da realidade; o antropofagismo midiático responsável pela deglutição simbólica das referências tradicionais jornalísticas e da devolução deste material reformatado a partir do modo de fazer comunitário; a explosão das subjetividades de um mundo e de um jornalismo que se propõe “dessubjetivado”; e a edição que permite o que normalmente é censurado.

A maneira de contar e os conhecimentos comunitários despertam o interesse nestas histórias até mesmo por parte de profissionais da área. Esta é uma amostra das potencialidades da narrativa daqueles que sempre foram tratados como receptores passivos e apropriaram-se de um meio de comunicação, tornando-se também produtores de conteúdo. Trata-se de mais uma possibilidade para se pensar em torno da polifonia presente no complexo universo da comunicação. Um recurso a mais que pode contribuir para o entendimento de processos culturais e sociais.

Projetando a discussão para um contexto mais amplo, desconfiamos que ao ouvir as narrativas do radiojornalismo comunitário, talvez possamos considerar o hibridismo não como uma estética nova ou menor, mas como a descoberta de uma possível forma - quem sabe latina - de narrar. A presença da mistura no modo de

contar as histórias nestes veículos expressaria o caráter mestiço da nossa cultura? Tendo como referência a produção deste segmento, estaríamos acompanhando o nascimento, no próprio cotidiano, de uma tentativa de encontrar um jeito particular para falar sobre questões tão localizadas? Caso a resposta seja positiva, essas narrativas híbridas só seriam eficientes nestas rádios?

Ao que parece a resistência encontrada para se (re)configurar o lugar ocupado pelas rádios comunitárias no contexto da Comunicação Social seria pelas implicações que a legitimação do segmento como campo de produção traz. Afinal, juntamente com elas viriam para a cena conflitos que há muito encontram-se escamoteados. Estamos nos referindo a tensões de naturezas diversas, tais quais: os distintos modos de saber e fazer; o poder de poder comunicar; a veiculação de histórias vividas por sujeitos que compartilham da dita “cultura popular”, que tanto se tentou apagar; e o embate com o discurso hegemônico.

Quem sabe se ao trazer estas relações para a superfície estejamos colaborando para esclarecer e redefinir posturas, já tão arraigadas nas práticas sociais. Pensamos, por exemplo, que a afirmação das peculiaridades das produções comunitárias não significa que se trate de uma tática para este segmento substituir o espaço ocupado pelo considerado hegemônico. Pelo contrário, acreditamos que o argumento arbitrariamente utilizado para este embate camufle reais intenções. Arriscamos que uma delas seja a possibilidade de as rádios comunitárias, com todas as suas diferenças, poderem coexistir com os demais meios de comunicação. Este deslocamento põe em questão a idéia de centralidade, que já não estaria tão delimitada, e, por conseqüência, o questionamento do quesito marginalidade. Em outras palavras, estaríamos lidando com relações entre um centro não tão definido e uma noção de marginalidade que está se diluindo?

Importante notar que enquanto estas esferas estão sendo repensadas, no campo da prática jornalística, as emissoras comunitárias também estão (re)configurando e ampliando o gênero. Apostamos que isto seja possível a partir das narrativas híbridas - mistura de ficção e realidade, do comunitário e do tradicional - que permitem a evocação de personagens mais complexos nas reportagens e nas entrevistas. Neste sentido, os produtores do programa “Orgulho Negro”, por exemplo, ao recorrer a uma composição mesclada para apresentar Jonathan, estariam representando a complexidade de se narrar realidades? Ao

serem divulgadas neste trabalho histórias como a do estudante do Ciep da Baixada Fluminense não estariam vindo à tona, de forma mais ampla, questões jornalísticas e sociais que geralmente só se tornam conhecidas por quem é ouvinte de uma emissora com alcance restrito? Fica ainda mais uma pergunta: que tipos de personagens e modos de narrar ainda podem ser sintonizados através do radiojornalismo das rádios comunitárias?